

ENTREVISTA – Bruno Sena Martins 

Debates pós-coloniais e cidadania global

Entrevistado

O entrevistado é Bruno Sena Martins (BSM), pesquisador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC). É co-coordenador do Programa de Doutoramento *Human Rights in Contemporary Societies* e co-coordenador no Programa de extensão acadêmica “O CES Vai à Escola”. É docente no Programa de Doutoramento “Pós-colonialismos e cidadania global”. É licenciado em Antropologia e doutor em Sociologia. Os seus temas de investigação são o corpo a deficiência, o colonialismo, a memória social e os direitos humanos, com diversas publicações, entre elas: *El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad*¹ e *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*².

Entrevistador

Marcos Antonio Batista da Silva (MABS) 

Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e integrante (pós-doutoramento) do *Projeto POLITICS - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas*, financiado pela European Research Council, com a referência do projeto: 725402 — POLITICS — ERC-2016-COG.

MABS: Professor Bruno Sena Martins, você poderia falar sobre sua trajetória acadêmica e pessoal até chegar ao CES?

BSM: A minha história de vida cruza-se muito com aquilo que foi a história colonial portuguesa, no sentido em que, da parte da minha mãe, sou o resultado de uma relação entre uma mulher guineense, uma manjaca de Caió, e um administrador colonial português, um transmontano que esteve a trabalhar para a administração colonial na Guiné-Bissau, antiga Guiné portuguesa. A minha mãe é o resultado dessa relação e, e

¹ MARTINS, Bruno Sena; SANTOS, Boaventura de Souza (orgs). *El pluriverso de los derechos humanos - La diversidad de las luchas por la dignidad*. Akal, 2019

² MARTINS, Bruno Sena; CARDINA, Miguel (orgs). *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*. Madrid: AKAL, 2018.

pelo lado da Guiné, é essa a minha origem. Do lado do meu pai, também sou produto de relações, relações coloniais. O meu pai é cabo-verdiano e nasceu em Cabo Verde, na Assomada, e os meus pais já se conheceram em Portugal, e eu nasci também em Portugal, vivi algum tempo da minha infância na Guiné-Bissau, com a minha avó, mas toda, o meu percurso foi feito em Portugal e, nomeadamente na cidade de Coimbra.

O meu percurso académico foi marcado por uma vivência no contexto de Coimbra, conimbricense, e, na faculdade, ingressei no curso de Antropologia, que seria um curso, talvez nós esperássemos que, em que as questões do racismo, as questões da desigualdade racial pudessem surgir com alguma formas, mas a verdade é que é muito pouco. Durante esse curso, tive, obviamente, experiências de experimentar o racismo na pele, em todo o meu percurso, em Coimbra e na minha vivência. Nós não podemos esquecer que eu nasci em 1978. A guerra colonial portuguesa acabou em 1974, 1975, portanto, era muito forte ainda um certo ressentimento que fazia com que o racismo, no quotidiano, na altura, fosse ainda mais, eu sentia-o mais agudo, mais violento, porque havia muito ressentimento das pessoas que sentiam que as independências dos países africanos não faziam sentido, ou de pessoas que tinham tido familiares que viviam em África, no contexto colonial, pessoas cujos pais eram ex-combatentes da guerra colonial. Então esse era um período muito marcado por um ressentimento anti negro, o que fazia com que esse racismo estrutural fosse particularmente violento.

Na minha experiência na universidade, recordo um evento que acho bastante curioso, que foi quando, no final do, no último ano, creio, da faculdade, houve uma professora de substituição que ficou de corrigir os nossos trabalhos que nós fizemos para uma determinada disciplina e, após entregarmos os trabalhos, era suposto nós termos reuniões com essa mesma professora. E eu fui a essa reunião, e ela confrontou-me de uma forma muito áspera, dizendo: “Olhe, o seu trabalho está plagiado. Lamento informar que vai chumbar.”, e eu: “Mas não entendo, eu, mas qual é que é o meu trabalho”, e ela, obviamente, era outro trabalho de um colega meu, mas como ela fazia, digamos, esta relação quase preconceituosa, obviamente, entre um negro, não é? E aquele que é mau aluno, ou que tem práticas que não são conforme a, ordem e a lógica social, ela logo presumiu que eu seria a pessoa que fez o trabalho plagiado. Não, o meu trabalho era um dos melhores da turma. E, depois, ela pediu muita desculpa, mas.... Imaginarmos isto num departamento de Antropologia, onde nós esperaríamos, realmente, ter perspectivas mais críticas e mais capazes de, de subverter essas narrativas da hegemonia branca. Então isso é uma experiência. De resto, obviamente, que a minha experiência sempre foi muito marcada por viver em Coimbra, onde não existe uma

comunidade negra significativa fora do espaço universitário, ou seja, a ideia que nós temos muito forte, em Lisboa, de classe, raça e periferia, não é tão forte em Coimbra, e isso marca, também, um pouco a minha experiência. O que facto de eu ter sido sempre bom aluno, também, permitia quase que uma, uma integração condescendente, e o facto de eu, eu não ser negro, ser um mulato, ou seja, os meus colegas, muitas vezes, me tratavam: “Ah, tu és quase branco...”, não é?

Então eu sempre sofri um racismo meio condescendente, meio paternalista e um pouco assumido, que eu podia integrar-me se quisesse, e que a questão da raça não tinha que ser uma questão. Obviamente que era, também pelo facto de a minha mãe ser negra, negra retinta, e eu ter muitas experiências na minha vida social de confronto com, com o racismo que ela, que ela vivia de uma forma mais crua do, do que eu, inclusivamente. Mais tarde, no final do meu curso de Antropologia, houve dois momentos que me aproximaram um pouco da questão colonial e a questão do racismo, que foi quando eu fiz um trabalho “História da família”, e que eu tentei, um pouco, recolher e, digamos, da minha experiência do lado da Guiné Bissau, conhecer quem tinha sido a minha avó, quem tinha sido o meu avô. E nesse exercício, curiosamente, eu vim a descobrir que esse meu avô, que era administrador colonial, tinha sido antropólogo, e que ele tinha, inclusivamente, um livro na biblioteca de Antropologia, onde eu estudava, assim, uma interessante ironia colonial que também mostra, em certa medida, como é que muita dessa escola da antropologia cultural, que nos percebe, era uma, uma história profundamente ao serviço do império, ao serviço de uma catalogação dos povos, instrumental, para a dominação colonial, e essa questão toda histórica de como é que as Ciências Sociais e a Antropologia, em particular, durante muito tempo, estiveram ao serviço de agendas do colonialismo, ficou muito clara também, aí, nessa, nessa situação de eu perceber-me neto de um, de um antropólogo administrador colonial com obra publicada.

E, em certa medida, a questão do racismo nunca foi uma questão académica para mim, fui por outros caminhos, trabalhei com a questão do corpo, da deficiência e, curiosamente, ela começa a tornar-se. Mas sempre foi uma questão biográfica vivencial, sempre, sempre, subjetivamente, no quadro da minha família, sempre fui profundamente antirracista e bastante sensível a qualquer experiência que, que, que, que desqualificação racial. E vou-lhe dar um exemplo, em Coimbra, durante toda a minha vida, nós, eu tinha o hábito, havia muitos negros estudantes, eu tinha o hábito de cumprimentar os negros na rua, que não conhecia. Havia quase como uma relação de fraternidade, porque não eramos muitos nesta cidade e, então. Agora, não havia, realmente, esta ideia da

coletivização da experiência negra em Coimbra. Era diferente, porventura, da experiência de Lisboa, da experiência das grandes cidades, uma grande cidade como Lisboa, aqui, essa coletivização da experiência negra, eu vivia-a muito sozinho, de facto, e no, no espaço familiar. Academicamente, fui-me interessando pela questão, exatamente, dos estudos pós-coloniais, e fui muito na relação entre colonialismo e história colonial que a questão do racismo se começa a fazer forte, também, na minha experiência. Tive a oportunidade, depois, também de fazer trabalho de campo em Moçambique, tive também, mais, mais recentemente, também fazendo algum, algum trabalho na Guiné-Bissau, em Cabo Verde. Ou seja, enquanto académico, retomar a questão do racismo. Mas talvez, o momento chave para eu me aproximar da questão do racismo como experiência académica, foi a minha experiência no Brasil. Ou seja, eu comecei a entender a força académica da questão do racismo, a questão da afro descendência, da questão da universidade enquanto uma instituição branca, muito a partir dos contactos que fui estabelecendo com colegas brasileiros, em particular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde eu tenho uma forte relação, e onde ministrei alguns cursos sobre a, sobre as relações étnico-raciais, e, e esse chamamento, de alguma forma, aproximou-me da questão que no Brasil está muito forte e fortificada, das ações afirmativas, da questão das quotas, da questão da identidade quilombola, das comunidades quilombolas e a questão do racismo estrutural e da violência do racismo. E, só mais tarde, um pouco, é que também comecei a me aproximar dessa questão política em Portugal, nomeadamente, do SOS Racismo, e que também conhecia muito e conheço o trabalho que aqui no CES tem sido feito pelas pesquisadoras Silvia Rodríguez Maezo e Marta Araújo, muito na questão da educação e na investigação do que tange ao eurocentrismo, à produção de conhecimento, sobre antirracismo, movimentos de base, entre outros.

Então essa aproximação, digamos, sobre a questão do racismo, é uma aproximação mais recente, embora seja algo que sempre tenha feito parte integrante da minha história pessoal e da minha reflexividade pessoal, só mais recentemente é que eu estou a mobilizar, do ponto de vista académico, e numa relação que acaba por ser interessante, na minha perspectiva, porque me inscrevo, obviamente, no contexto português e observo os movimentos sociais e as lutas antirracistas em Portugal, tenho uma afinidade, uma relação forte e mais antiga até, com a academia brasileira e o modo como estas questões têm sido tratadas lá. E do ponto de vista da história colonial, tenho trabalhado muito com a guerra colonial, ou seja, um trabalho importante que eu fiz e que me aproximou do colonialismo foi o trabalho com ex-combatentes da guerra

colonial, em Portugal, em Moçambique e, agora, mais recentemente, com Guiné e em Cabo Verde. E, portanto, falar da história colonial, a partir das narrativas dos ex-combatentes, é perceber como é que a violência colonial é uma violência racista, que está inscrita não só naquilo que é a lógica de poder do colonialismo histórico, mas que está inscrita, simbolicamente e estruturalmente, nas sociedades do presente. Então eu tenho esse olhar que é contemporâneo, a partir dos movimentos sociais e histórico-político, a partir da história do colonialismo português.

MABS: Professor Bruno Sena Martins, você lançou um livro que dialoga com esta sua discussão, poderia falar um pouco sobre este livro?

BSM: O livro se chama *As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação*, foi um livro que eu co-organizei com o Miguel Cardina. Um livro que tenta mostrar como a guerra colonial é lembrada, memorializada nos diferentes países que estiveram envolvidos. É uma experiência que tem a ver com uma guerra que aconteceu em África, em três contextos específicos, Angola, Guiné e Moçambique, uma guerra que, do seu início ao seu fim, durou 13 anos, que envolveu uma parte muito significativa, das populações, de combatentes, e que é, na leitura que nós fazemos, não um momento de uma guerra, mas é parte de uma violência estrutural do colonial racismo, nexos capitalista racista em Portugal, desde a escravidão, desde a invasão das Américas, até ao colonialismo africano. E esse é um momento que expõe, no fundo, que é aquela narrativa que Portugal tem sobre si próprio, enquanto um colonialismo não violento, luso-tropicalista, de um colonialismo benigno, de forma alguma se encaixa nesta leitura que nós temos, a partir da, daquilo que era a violência nos espaços coloniais, colonizados, e daquilo que foi essa guerra que, no fundo, era uma guerra contra a autodeterminação dos povos e uma guerra que tinha como base a afirmação de uma superioridade branca.

MABS: Professor Bruno Sena Martins, você poderia falar um pouco sobre os debates pós-coloniais e cidadania global, que fazem parte de suas pesquisas?

BSM: Tais questões têm sido, isto é, existe neste momento, uma efervescência sobre a questão colonial e como ela repercute nas sociedades contemporâneas. Obviamente, que são sempre debates muito contextualizados. Um debate que a Portugal chegou tarde, digamos assim, mas que num contexto, por exemplo, brasileiro, quer pela elevada percentagem de negros que é diferente aqui, em Portugal. E mesmo nos contextos africanos é um contexto, é um debate que tem estado muito presente, e é um debate até

incontornável. No fundo, trata de perceber como é que nós não podemos ler as sociedades do presente, as lógicas da desigualdade, as representações simbólicas no espaço público, os currículos, o modo como nós hierarquizamos os corpos, o modo como nós pensamos a vida social sem perceber que nós somos herdeiros de uma longuíssima história colonial. E uma história colonial que nos deixa marcas, não só naquilo que é distribuição da riqueza no mundo, aquilo que nós chamamos de globalização, aquilo que nós chamamos de relações económicas transnacionais, que são ainda muito marcadas por essa desigualdade Norte-Sul, que foi criada no tempo e no espaço colonial, essa relação entre metrópole e territórios coloniais, como Samir Amin dizia muito bem, as lógicas do capitalismo colonial persistem no mundo contemporâneo. Portanto, essa é uma dimensão que nós devemos ter muito clara, e perceber que quando nós estamos na Europa, também estamos num espaço de privilégio colonial, desse ponto de vista histórico-económico. E depois perceber como é que as relações interpessoais, as lógicas institucionais são também marcadas por essa herança, por essa herança fortíssima.

É frequente perguntar-se, às vezes, de uma forma um pouco ingénua, às vezes eu ouço esta pergunta: “Será Portugal um país racista?”. Eu coloco a questão muito ao contrário. Como é que um país que estruturou toda a sua economia, toda a sua política e toda a sua hierarquização do humano, durante séculos, numa ideia de superioridade racial, um país que esteve profundamente envolvido na escravidão, um país que, ainda hoje, tem lógicas de desigualdade em termos de acesso ao ensino, acesso à renda, muito marcadas, por essa linha abissal do racismo, como é que esse país, sem se confrontar com o seu passado colonial, poderá não ser um país racista? Portanto, acho que a questão que nós devemos instaurar no debate contemporânea público é que esse confronto com o passado colonial, é essencial para uma ressignificação das sociedades em que vivemos, para percebermos as lógicas de desigualdade e para percebermos as profundas violências que continuam a, existir no nosso presente. Quando nós, e no trabalho que eu fiz, por exemplo, com os ex-combatentes da guerra colonial, para mim eles eram um exemplo, um arquétipo de uma história que Portugal queria esquecer.

Portugal teve envolvido numa guerra que ninguém queria falar, uma guerra, foi uma guerra perdida, não é? Que Portugal acabou por perder essa guerra. Era uma guerra que marcava, mostrava a violência do colonialismo, e a sociedade, de um ponto de vista mais amplo, não queria falar dela. A questão é que existiam soldados que tinham combatido nessa guerra, e alguns deles que combateram do lado errado, não é? Combateram do lado errado da história, que ficaram cegos, sem pernas, ficaram

tetraplégicos, paraplégicos, que tinham uma voz incômoda. Eu procurei no meu estudo trazer as experiências desses homens, que combateram numa guerra que eles, hoje, a maior parte considera injusta e sem sentido, uma guerra definida pelo regime colonial fascista, que existia em Portugal. E como é que, de alguma forma, estas vozes são vozes contra-hegemônicas. Ou seja, eles tentam dizer: “Existiu uma guerra. Existiu uma violência colonial, e Portugal não é aquilo que se procura retratar”. Então há aqui, digamos, uma tensão entre a memória individual ou memórias fracas, e uma memória coletiva, que é uma memória forte que, durante tempos, procurou apagar a experiência colonial. E é um pouco isso que se passa em todo o mundo, em todo o mundo eurocêntrico. Há uma tentativa de apagamento daquilo que foi a violência colonial, daquilo que foi a escravidão e de aquilo que é o privilégio branco, um privilégio constituído pelos países e pelas elites que beneficiaram da exploração escravagista, da exploração dos territórios coloniais. Então, isso é uma dimensão do trabalho que tem muitas linhas de abertura, não é? Uma dessas linhas eu venho explorando, que tem uma dimensão, podemos dizer, histórica/simbólica, e também, um objetivo de, através da história oral, trazer os testemunhos daqueles que experimentaram o colonialismo, porque nós não podemos esquecer que o colonialismo que Portugal tem envolvido nele até 1975, mas tem uma dimensão também de leitura de desigualdade social, nas relações contemporâneas, a partir daqueles, pelos seus corpos negros, são marcados como inferiores e que vivem em condições sociais, de desigualdade de oportunidades estrutural que, quando entram, nas instituições, são confrontadas, não só com formas de discriminação, pela cor da sua pele, como por uma falta de representatividade das suas histórias.

Aqueles que se consideram afrodescendentes, aqueles que reconhecem a sua ancestralidade, a partir dos navios negreiros e daqueles que lutaram contra as guerras coloniais, certamente, se sentem violentados quando chegam a uma escola e percebem que aquilo que é contado é uma história branca, que a questão da escravatura quase não comparece, quando percebem que há uma celebração dos heróis, que muitos deles são coloniais, violentos, racistas, em todo o lugar, não só nos currículos, como no espaço público. Então essa é uma dimensão de trabalho que eu acho que nós devemos articular, que tem a ver com essa dimensão histórica do colonialismo, e esta dimensão contemporânea de denúncia das desigualdades sociais e das representações racistas que vigoram no espaço público, na academia, na mídia, etc.